



«Ninguém deve ter poder sobre os outros, a menos que seja globalmente competente», defende Jason Brennan, autor de *Contra a Democracia*

Olhando para o mundo de hoje, vê espaço para a introdução de epistocracias, como «descreve» no seu livro?

Na actual crise da COVID, assistimos a pessoas que se viram imediatamente para vários especialistas para obter orientação. Muitas pessoas estão dispostas a submeter-se a eles e ao seu julgamento sobre que medidas de interdição deverão ser melhores. Portanto, isso mostra que, pelo menos em situações de emergência, as pessoas consideram as regulações dos especialistas como legítimas.

Note-se que não estou necessariamente a validar o que os especialistas estão a fazer. Afinal, vejo a maioria dos países a reunir o tipo errado de dados e a reunir dados errados de maneira errada. O que quero dizer é que estão a testar as infecções actuais e não a testar se alguém já foi infectado, além de que estão a testar pessoas com base em sintomas declarados, e não aleatoriamente. Esse método influencia o risco do vírus em sentido ascendente, numa quantidade desconhecida.

Portanto, ainda que as pessoas se estejam a voltar para os especialistas nesse caso, os especialistas estão a agir mal.

Se isto nos mostra alguma coisa é que é acertada a crítica ao tipo de epistocracia na qual uma grande dose de poder é instilada num número muito pequeno de pessoas. As formas de epistocracia cujo funcionamento defendo que será melhor, propagam o poder entre muitos.

Toda esta situação causada pelo vírus terá impacto em várias áreas. Também afectará a maneira como as pessoas encaram os líderes políticos e as possíveis escolhas que farão?

O principal elemento impulsionador de *Contra a Democracia* é que a competência é uma condição prévia do direito de governar. Ninguém deve ter poder sobre os outros, a menos que

seja globalmente competente e exerça o poder de forma competente e de boa-fé.

A crise actual parece estar a levar as pessoas a aceitar algo desse género. Olhamos em volta e vemos que alguns líderes são totalmente incompetentes, enquanto outros não o são. Por exemplo, o governador do estado da Geórgia nos EUA aparentemente não sabia até 1 ou 2 de Abril que o vírus era contagioso mesmo antes de as pessoas apresentarem sintomas. Isso é incompetência total. Nós sabíamos disso há meses.

Ao invés de avançar em direcção à epistocracia, seguimos em direcção ao autoritarismo.

A maioria das pessoas acredita que a democracia é a única forma justa de governo. No livro argumenta que não é. Que aspecto destacaria para levar as pessoas a repensar a sua visão das democracias?

Quando tudo está a correr bem, as pessoas preocupam-se muito com o valor simbólico da democracia. Quando há uma crise, preocupam-se menos com isso e mais com a possibilidade de ser encontrada uma solução para a crise. O quão bem as democracias ultrapassam a crise em comparação com os seus concorrentes terá um forte efeito sobre como as pessoas entenderão a filosofia política nos próximos anos.

O problema, porém, é que, quando ocorre uma crise, as pessoas não estão de mente aberta e a pensar criticamente sobre que sistemas apresentam o melhor desempenho. Em vez disso, querem uma Pessoa Grande e Forte que as salve. Então, em vez de equaciona-

rem melhorias no funcionamento democrático, estão dispostas a conceder vastos poderes ditatoriais a líderes que os exigem em voz alta e que prometem salvar outros. Ao invés de avançar em direcção à epistocracia, seguimos em direcção ao autoritarismo. Veja-se a Hungria, para um exemplo recente.

Em vez disso, devemos antes questionar-nos, neste caso, se certos tipos de regulação restringem a capacidade de os mercados e de as agências governamentais responderem com competência ao problema. Nós já sabíamos que este era um problema potencial em Dezembro, no entanto, governos de todo o mundo agem agora como se tivessem sido apanhados de surpresa. A solução pode não ser substituir a democracia por outra coisa, mas remover impedimentos internos que fazem com que as democracias funcionem mal.



Publicado em Junho de 2017 • 384 pp. • 22,00€